

**PROJETO DE LEI Nº           , DE 2016**  
**(Do Sr. Erivelton Santana)**

Altera a Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, para estender o Regime Diferenciado de Contratações Públicas às aquisições de equipamentos destinados a escolas e hospitais públicos.

**O Congresso Nacional decreta:**

**Art. 1º** Esta Lei dá nova redação ao inciso V e ao § 3º do art. 1º da Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, para estender o Regime Diferenciado de Contratações Públicas às aquisições de equipamentos destinados a escolas e hospitais públicos.

**Art. 2º** O inciso V e o § 3º do art. 1º da Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º .....

V - das obras, serviços de engenharia e aquisição de equipamentos hospitalares no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS.

.....

§ 3º Além das hipóteses previstas no caput, o RDC também é aplicável às licitações e contratos necessários à realização de obras, serviços de engenharia e aquisição de equipamentos de suporte à atividade educacional no âmbito dos sistemas públicos de ensino.” (NR)

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

Há muito que se fala em modernização das normas que regulam as licitações e contratos, porém, dada a particular complexidade do tema, nunca foi levado a termo uma reforma geral da lei de licitações e contratos. O que realmente tem dado resultados são alterações pontuais para atender necessidades específicas.

No caso dos setores de saúde e educação, algumas iniciativas já produziram efeitos concretos. Não há dúvidas de que as Leis nºs 12.745 e 12.722, ambas de 2012, ao flexibilizar as licitações e contratos necessários à realização das obras e serviços de engenharia no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS, bem como no âmbito dos sistemas públicos de ensino, representaram um significativo avanço para a melhoria da saúde e educação públicas.

No entanto, não se pode utilizar um hospital ou uma escola sem os equipamentos necessários ao satisfatório desenvolvimento de suas atividades. Frequentemente, a imprensa denuncia obras de hospitais e escolas com a estrutura toda pronta, mas que, por falta dos equipamentos básicos, não estão em pleno funcionamento.

A presente proposição visa dar concretude às nobres aspirações que nortearam a edição das leis retro mencionadas, pois estende a aplicação do Regime Diferenciado de Contratações – RDC às aquisições de equipamentos hospitalares e de suporte às atividades educacionais.

É importante lembrar que uma obra inacabada e sem utilização tende a degradar-se ao longo do tempo, o que é um descaso com os já escassos recursos públicos.

Por essa razão, conto com o apoio de meus ilustres Pares para a aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Sessões, em                      de                      de 2016.

Deputado ERIVELTON SANTANA